

Apresentação

Minha amizade com Sérgio Almeida Ribeiro, apadrinhada por Luiz Eduardo Ribeiro Mourão e Glauco Gumerato Ramos, foi forjada em meio a bons e abundantes vinhos, suculentas carnes argentinas, karaokês, noitadas e bate-papos sem fim (sempre muito agradáveis) acerca de uma infinidade de assuntos (inclusive Direito). Tudo isso ao longo de nossa passagem pela *Universidad Nacional de Rosario*. Talvez porque ambos sejamos almas boemias, não tive dificuldade em logo compreender os traços que distinguem a sua personalidade: idealista, perseverante (característica que reputo ter sido nele desenvolvida à época em que era atleta profissional), dotado de forte carisma, emocional, curioso, comunicativo, pesquisador esforçado e advogado de coração, sempre fervoroso e combativo.

É uma alegria ter sido escolhido, entre aqueles que integram seu extenso círculo de amizade, para apresentar esta obra à qual os leitores agora têm em suas mãos. Minha afirmativa se assenta simplesmente no fato de que o escritor é esse meu amigo por quem nutro grande afeto. É o que por si me bastaria. Mas meu contentamento tornou-se ainda maior quando percebi que o referido livro é fruto das inquietações que lhe foram lançadas por seus alunos no que tange a alguns aspectos da execução civil, disciplina que eu próprio lecionei anos a fio, e com a qual sempre tive simpatia. Escrever sobre execução civil é exprimir preocupação com o ideal de efetividade que amiúde se pretende alcançar no âmbito jurídico-processual, sem descuidar naturalmente as garantias processuais-constitucionais de todo cidadão.

Para além disso, é preciso perceber que hoje vivemos uma época de transição. Temos entre nós um novo Código de Processo Civil que traz significativas mudanças, e que, se bem compreendido e aplicado, tem o condão de alterar substancialmente a prática judiciária brasileira, com ganhos qualitativos em respeito à legitimidade constitucional, com destaque para o reforço legislativo positivado em favor das garantias do contraditório, da fundamentação e da segurança jurídica. É preciso louvar a doutrina elaborada a fim de jogar luzes no dia a dia forense e, por conseguinte, facilitar a labuta dos profissionais do direito, pois há inúmeros problemas cujo desvelamento e solução se impõem. Aí entra em cena doutrinadores sérios e destemidos, que enaltecem aquilo que é bom, mas também tecem críticas necessárias, constroem epistemologicamente práticas judiciais desafinadas e, sobretudo, desdobram-se para resolver enigmas e harmonizar dificuldades causadas pelo mal vezo que não raro identifica a técnica legislativa.

Esta é uma obra que detém méritos. Encara temas variados, enfrenta problemas e sugere soluções. Aqui o que se tem, salvo engano, é o início de um projeto mais soberbo, que decerto ganhará corpo em edições futuras, algo com a potencialidade, enfim, de se tornar um *manual de execução civil*. Tanto que principia com temas de base e, ao fim e ao cabo, atinge outros de ordem mais pragmática, com relevo aos procedimentos de cumprimento de sentença e meios de impugnação. Tudo bem detalhado como manda a melhor técnica didática.

Enfim, caros leitores, estamos diante de uma obra muito interessante e que merece ser lida. Parabéns ao Sérgio e à nova Editora Luari por presentear a comunidade jurídica com esta importante contribuição.

Uberaba, 20 de junho de 2016

Lúcio Delfino

Pós-doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro-fundador da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Diretor da Revista Brasileira de Direito Processual (RBDPro). Advogado.